



PADRÕES DE PRESCRIÇÃO FARMACOLÓGICA EM AMBULATÓRIO EMERGENCIAL DURANTE AS ENCHENTES DE 2024 EM SANTA CRUZ DO SUL (RS)

Ana Paula Cruz da Silva; Bruna Eduarda Hochscheidt; Livia Nicolay Ferrari;
Letícia Gottardi; Andréia Rosane de Moura Valim; Ingre Paz

Introdução: Desastres naturais, como enchentes, geram impactos significativos sobre a saúde pública, aumentam a demanda por atendimentos em serviços emergenciais e exigem respostas rápidas e organizadas das equipes de saúde. As enchentes ocorridas durante o ano de 2024 no Rio Grande do Sul impactaram 469 municípios e aproximadamente 2,3 milhões de pessoas, resultando em mais de 580 mil desalojados, 169 óbitos, 56 desaparecidos e mais de 55 mil desabrigados. Neste contexto, o município de Santa Cruz do Sul impôs um ambulatório emergencial para sanar as questões de saúde mais urgentes da população afetada. **Objetivo:** Analisar os atendimentos realizados em um ambulatório emergencial instalado em Santa Cruz do Sul (RS) durante as enchentes de 2024, traçando os padrões de prescrição farmacológica dos pacientes. **Método:** Trata-se de um estudo descritivo, retrospectivo e transversal, com abordagem quantitativa. A análise foi feita a partir de prontuários de 544 pacientes atendidos no ambulatório emergencial entre abril e maio de 2024. As classes farmacológicas foram agrupadas em analgésicos, psicofármacos, anti-inflamatórios não esteroides, antibióticos e ausência de prescrição. As análises foram realizadas de forma descritiva, expressas em frequências absolutas e relativas. **Resultados:** Foram analisados 544 atendimentos. Quanto ao padrão de prescrição, observou-se maior frequência de analgésicos (22,08%), seguidos por psicofármacos (13,34%), anti-inflamatórios não esteroides (10,28%) e antibióticos (8,66%). Em 249 atendimentos (64%), não houve prescrição de medicamentos, indicando que grande parte das demandas poderia ser manejada por meio de orientações,



apoio psicossocial e medidas não farmacológicas. Esse achado reforça a importância de integrar equipes multiprofissionais para o cuidado integral. O estudo evidenciou que a maioria das consultas concentrou-se em atendimentos sem prescrição farmacológica, sugerindo que uma parcela considerável das consultas pode ter sido para avaliação, orientações, ou manejo de condições que não exigiam intervenção medicamentosa. A alta porcentagem de analgésicos reflete na natureza do tratamento emergencial, sendo algia uma queixa comum, estando presente em até 78% dos atendimentos em ambulatórios e unidades de emergência. Além disso, os psicofármacos prescritos demonstram aumento da prevalência de transtornos mentais comuns após desastres naturais, principalmente sintomas de depressão e ansiedade.

Conclusão: Os resultados deste estudo reforçam a necessidade de planejamento estratégico e estrutural nos serviços de saúde pública para desastres naturais. Garantir a alocação adequada de recursos e investir na capacitação dos profissionais permite uma abordagem holística e humana que contempla as necessidades físicas e as demandas psicológicas da população.

Palavras-chave: Inundações. Desastres Naturais. Prescrições. Saúde Coletiva.